



## PROAC / COSEAC - Gabarito

### Prova de Conhecimentos Específicos

#### 1ª QUESTÃO: (3,0 pontos)



Dentre as obras apresentadas na bibliografia para este concurso de transferência, há uma que faz abordagem da “Introdução ao Estudo do Direito”, explicada no próprio texto da obra, tendo como ponto de partida uma vinculação entre Direito e Organização Social. Apresente:

- a) título e autor da obra;
- b) desenvolvimento da referência conceitual-teórica a partir da qual tal vinculação é trabalhada.

Resposta:

- 1) A obra é “Introdução Crítica ao Direito” de Michel Mialle.
  
- 2) A vinculação entre Direito e organização social está inserida numa teoria da produção da vida social, a partir do conceito marxista de modo de produção, que é um conceito que designa a maneira como uma sociedade se organiza para produzir e reproduzir a sua vida social. Explica-se, dessa forma, que tipo de direito produz qual tipo de sociedade e por que esse direito corresponde a essa sociedade. A estrutura global da sociedade, ou seja, o seu modo de produção, pode ser dividido para fins analíticos em duas partes: a base (ou infraestrutura) e a superestrutura. Na base encontramos os níveis político, ideológico e jurídico da organização social. Tais níveis relacionam-se entre si condicionados pela organização social em sua totalidade, ou seja, o seu modo de produção, não havendo nenhum tipo de determinação de um nível sobre outro.

## PROAC / COSEAC - Gabarito

### 2ª QUESTÃO: (3,5 pontos)

Willmar Topfstedt propôs ação em face da Caixa Econômica Federal, distribuída a um Juizado Especial Federal Cível da Subseção Judiciária de Blumenau-SC. Após a contestação, o autor informou que transferiu seu domicílio para a cidade de Suzano-SP.

Nesse caso, a recusa do Juízo catarinense em remeter os autos ao Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Suzano-SP violaria a garantia constitucional do acesso à Justiça? Justifique.

Resposta:

Não, tendo em vista que a mudança de domicílio do autor não altera a competência, em respeito à garantia do juízo natural e à regra da *perpetuatio jurisdictionis* (art. 87/CPC), mesmo se tratando de juizado especial (STJ. 2ª Seção. CC 80.210-SP, j. em 12/9/2007. Rel. Min. Humberto Gomes de Barros. Informativo nº 331)

### 3ª QUESTÃO: (3,5 pontos)

Explique a construção histórico-político-jurídica e o significado do Princípio da Legalidade. Aponte os seus desdobramentos em termos da evolução histórico-jurídica das funções do Direito Penal, e conseqüentemente da pena, enquanto poder estatal de controle social. Analise, ainda, a evolução desse mesmo princípio em relação a outros princípios (pelo menos três) hoje presentes no direito penal, identificando a atualidade das suas principais características no Estado Democrático de Direito.

Resposta:

A resposta consiste numa abordagem plena de conteúdo e de crítica da evolução do princípio da legalidade, ressaltando as características do momento histórico-político-jurídico de ruptura com o Absolutismo conseqüente da Revolução Francesa; apontando a evolução histórico-jurídica das funções da pena/direito penal, bem como analisando o dito princípio no quadro de Estado Democrático de Direito atual, em relação a outros princípios como os seguintes: minimalista, insignificância, ultima ratio, menor ofensividade, humanidade, individualidade da pena, adequação social, proporcionalidade.